



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)

**Ata da Reunião Ordinária do Comitê LGBT – 04/03/2021**

1  
2 No quarto dia de março do ano de 2021 às 14h00min, via videoconferência no  
3 seguinte endereço [conferencia.pr.gov.br/ComitelLGBT](https://conferencia.pr.gov.br/ComitelLGBT), deu-se início à Reunião  
4 Ordinária do Comitê de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos  
5 Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do  
6 Paraná (Comitê LGBT – PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação  
7 prévia. **Titular Governamental: Ana Raggio** (SEJUF). **Titular da Sociedade**  
8 **Civil: Lucas Siqueira** (Grupo Dignidade). **Convidados(as)/Colaboradores(as):**  
9 **Thamirys Nunes** (Aliança Nacional LGBTI+ e Grupo Dignidade); **Fernando**  
10 **Roberto Ruthes** (Assessor da Diversidade Sexual da Prefeitura de Curitiba);  
11 **Karollyne Nascimento** (Transgrupo Marcela Prado); **Liza Minelly** (Grupo  
12 Esperança); **Lucimar Godoy** (SESA); **Dr. Júlio César Duailibe Salem Filho**  
13 (DPE PR); **Camila** (SESA); Liza Mineli (Grupo Esperança); **Janaina Plasido**  
14 (CAOP MPPR), **Dra. Andrea Nice Silveira Lino Lopes (MPT PR)**; **Gustavo**  
15 **Uchoa** (Mães pela Diversidade); **Daiane Pego** (Residente Técnica – SEJUF);  
16 **Mila Rodrigues** (Residente Técnica – DAS/DPSE - SEJUF) e **Davi da Rosa**  
17 (Estagiário – SEJUF). **Justificativa de Ausência:** A colaboradora Luana Barros  
18 (NUCIDH - DPE PR) justificou sua ausência via e-mail, em razão de estar  
19 usufruindo de suas férias. A colaboradora Mara Franzoloso (SESA) também  
20 justificou sua ausência via e-mail, por motivos de férias. **Abertura:** A  
21 coordenadora Ana Raggio iniciou a reunião saudando a todos e todas presentes  
22 solicitando uma breve apresentação dos participantes, logo após seguiu para a  
23 aprovação das pautas. **1. Aprovação da pauta:** a coordenadora Ana releu as  
24 pautas que foram anteriormente enviadas a todos (as), informando a inclusão  
25 dos seguintes pontos de pauta: Transferência do CPATT para o Hospital  
26 Oswaldo Cruz; Proposta de logo para o Comitê; Denúncia de professor do IFPR,  
27 o que foi aceito pelas pessoas presentes. **2. Aprovação da ata de reunião**  
28 **ordinária de dezembro de 2020 e de reunião ordinária de fevereiro de 2021:**  
29 a coordenadora Ana indagou se os e as participantes necessitavam de alguma  
30 alteração das atas que foram previamente enviadas por *e-mail*. Não houve  
31 nenhuma solicitação de alteração, de modo que as atas foram aprovadas. A

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

32 coordenadora Ana também informou que as atas serão enviadas para a  
33 publicação e que todas as atas atrasadas que estavam atrasadas foram  
34 colocadas em dia. **3. Denúncia recebida do Disque 100/Ligue 180:**  
35 Inicialmente, a coordenadora Ana também acordou com os/as participantes de  
36 sempre apresentar nas reuniões do Comitê as denúncias recebidas através do  
37 canal de atendimento disque 100/Ligue 180, a fim de que o Comitê possa auxiliar  
38 nos encaminhamentos. Após, compartilhou a tela com todos (as) presentes na  
39 reunião para melhor esclarecimento da pauta. Ana questiona Janaina (MPPR)  
40 se a denúncia também foi recebida pelo Ministério Público. A colaboradora  
41 Janaína confirma o recebimento do protocolo. Ana também questionou Fernando  
42 (Assessor da Diversidade Sexual da Prefeitura de Curitiba) se a Assessoria da  
43 Diversidade Sexual de Curitiba recebeu a denúncia. O colaborador Fernando  
44 nega o recebimento da denúncia. Ana informa para Fernando sobre a  
45 necessidade de realizar uma articulação com o Ministério da Mulher, da Família  
46 e dos Direitos Humanos (MDH), para que o município possa receber as  
47 denúncias diretamente, quando for relativo a Curitiba. A denúncia é referente a  
48 uma moradora do Bairro CIC (Cidade Industrial de Curitiba), na qual a  
49 denunciante informou a situação de violência contra a população LGBT. Ana  
50 realiza a leitura do registro de ocorrência em que a vítima relata que sofreu a  
51 seguinte violação: *O denunciante informa que sofreu violência psicológica, física  
52 e verbal por parte do agressor, o qual intimidou a vítima de forma homofóbica. A  
53 vítima informa que alugou um imóvel com contrato assinado e registrado em  
54 cartório, ocorre que ao perceber que a vítima era uma pessoa sozinha, o  
55 agressor começou a perseguir a vítima e entrou em sua casa sem autorização,  
56 inclusive chegou a agredir a vítima jogando ovos na casa, e, em outra situação  
57 agrediu de forma física dando chutes na porta. Em uma das ocasiões a vítima  
58 teve o aparelho de celular modelo ASUS 642020 no valor de R\$1.200 (Mil e  
59 duzentos reais), não relatou o que aconteceu. Ainda, o denunciante informou  
60 que houve calúnia, pois o agressor chegou a dizer para outras pessoas que a  
61 vítima estava falando mal delas, tornando a situação desagradável. E exalta que  
62 ASUS não atende a garantia do aparelho celular e se sente constrangido com a*

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

63 *situação, pois dependia do aparelho para vender roupas e acessórios. A*  
64 *coordenadora Ana informou que há o contato da vítima, e-mail, endereço, que a*  
65 *vítima possui deficiência múltipla e doença rara. Além do mais, a agressora*  
66 *possui entre 55 - 59 anos, branca, evangélica e reside no município de Fazenda*  
67 *Rio Grande. A seguir, Ana realiza a leitura do outro registro de ocorrência que*  
68 *relata a seguinte situação: “Denunciante informa que sofreu violência*  
69 *psicológica, física e verbal por parte do agressor, pois intimidou a vítima com*  
70 *palavras de baixo calão como “vagabunda, pilantra, que não pagava as contas*  
71 *e deveria morar embaixo da ponte”. Em algumas situações o agressor ficou*  
72 *provocando a vítima para que houvesse discussão e informa que o agressor*  
73 *entrou na residência sem autorização dela. A situação ocorreu em razão do*  
74 *aluguel de um imóvel que a vítima alugou, o qual o agressor era parente da*  
75 *proprietária, gerando assim uma situação desconfortável e insegura. A situação*  
76 *aconteceu no dia 08/12/2020 por volta das 20:30, onde a polícia militar foi ao*  
77 *local apaziguar a situação, informa que quando a polícia se retirou do local, o*  
78 *agressor continuou agredindo a vítima de forma verbal. O agressor possui entre*  
79 *30 - 34 anos, residente no município de Fazenda Rio Grande, advogado,*  
80 *evangélico da Igreja Quadrangular e branco. As denúncias foram apresentadas*  
81 *pela mesma vítima, identificada com nome social de Lorena, com endereço*  
82 *situado no Sítio Cercado. A coordenadora Ana atenta que o objetivo da pauta*  
83 *não é resolver o caso, e sim encaminhar para os órgãos que deverão realizar o*  
84 *acompanhamento, se tratando de uma pessoa com deficiência, sugere que o*  
85 *ideal possa ser encaminhado para os Agentes comunitários de Saúde ou*  
86 *serviços da Assistência Social para realizar uma visita domiciliar e dialogar com*  
87 *a vítima. Fernando concorda com a sugestão e indica que inicialmente deve-se*  
88 *acionar a assistência social, mas atenta sobre a questão policial. Ana questiona*  
89 *a Janaína se a questão policial pode ser encaminhada pelo Ministério Público.*  
90 *Janaína informa que com a nova atribuição de atuar na área criminal da*  
91 *Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, este protocolo já foi encaminhado*  
92 *para lá, a fim de apurar a responsabilidade criminal. A coordenadora Ana*  
93 *pergunta para Fernando se é necessário encaminhar o caso por ofício para que*

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

94 ele dialogue com a equipe de saúde. Fernando diz não ser necessário o ofício e  
95 que irá iniciar a tramitação a partir do documento que foi enviado na convocação  
96 da reunião. Lucas (Grupo Dignidade) questiona a data da ocorrência. Janaína  
97 informa que a ocorrência foi no dia 08 de dezembro de 2020, e o registro foi no  
98 dia 24 de fevereiro de 2021. Liza (Grupo Esperança) atenta que a Fundação de  
99 Ação Social de Curitiba (FAS) não está realizando visita domiciliar. Fernando  
100 informa que irá verificar com a FAS como está a situação, se as visitas  
101 domiciliares estão ocorrendo. Mila (Residente Técnica – DAS/DPSE - SEJUF)  
102 pondera que algum órgão, como o CREAS, já deve ter sido acionado e sugere  
103 verificar como que foi o acompanhamento e se a denunciante já está sendo  
104 atendida ou não, e por se tratar de uma pessoa em situação de violação de  
105 direitos é de atribuição do CREAS acompanhar a situação. Karoll (Transgrupo  
106 Marcela Prado) ressalta a importância de averiguar a situação e sugere entrar  
107 em contato com a denunciante e orientá-la a registrar boletim de ocorrência na  
108 delegacia de vulneráveis e buscar mais informações sobre o ocorrido para  
109 entender melhor a situação, se o caso é de aluguel em atraso. A coordenadora  
110 Ana entende não ser relevante entrar em contato com a vítima para questionar  
111 sobre o pagamento dos aluguéis, mas concorda com a sugestão da Karoll de  
112 entrar em contato com a vítima para orientá-la a registrar a ocorrência na  
113 delegacia de vulneráveis. Ana sugere que inicialmente tente-se um contato com  
114 a vítima por e-mail, caso não haja resposta tente-se o contato telefônico. Janaína  
115 concorda com as sugestões de Ana e complementa dizendo que o contato é  
116 necessário para averiguar se algum outro órgão ou entidade pública procurou a  
117 denunciante e está cuidando do caso, ou se ocorreu outra agressão. As  
118 propostas foram aprovadas e Lucas colocou o Grupo Dignidade à disposição,  
119 caso a vítima necessite de orientação jurídica pode entrar em contato através do  
120 telefone (41) 99725-3999. Karoll também colocou o Transgrupo Marcela Prado  
121 à disposição. Por último, Karoll atenta que a denunciante seja orientada a portar  
122 os documentos que a polícia entregou quando foi acionada e prestou  
123 atendimento em sua residência, e os boletins de ocorrências já registrados  
124 anteriormente, no momento em que for registrar o boletim de ocorrência na

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

125 delegacia de vulneráveis. Sem mais, o ponto foi encerrado. **4. Denúncia do**  
126 **Professor do IFPR:** a coordenadora Ana lembrou que um *e-mail* foi recebido  
127 e lido na última reunião do Comitê, em que o professor do IFPR solicitava auxílio,  
128 mas não relatava o que ocorreu com ele, somente pedia o acompanhamento do  
129 procedimento e o apoio na sua realocação. Pondera que por pior que seja  
130 revitimizar a pessoa, fazendo-a contar novamente o ocorrido, para que haja uma  
131 intervenção do Comitê, é necessário estar ciente dos acontecimentos. Portanto,  
132 foi enviado um *e-mail* para ele, porém sua resposta não trouxe nenhuma nova  
133 informação sobre o caso. A coordenadora Ana indicou ter percebido uma  
134 sensibilização e vulnerabilidade por parte da vítima devido ao caso, por isso, a  
135 coordenadora sugere que haja uma conversa por telefone com ele para entender  
136 o que aconteceu. Thamirys sugere que o contato seja realizado de uma forma  
137 mais cuidadosa por psicólogo(a) e indica um(a) profissional do Grupo Dignidade.  
138 Fernando compreende que já há acompanhamento pelo sindicato de  
139 professores do IFPR. Ana esclarece que a ideia de Thamirys é com a finalidade  
140 de coletar o relato e não de fazer o atendimento psicológico. A colaboradora  
141 Thamirys explica que um/a psicólogo/a terá uma forma mais cuidadosa de obter  
142 algumas informações. O colaborador Fernando tem receio de usar da psicologia  
143 para levantar dados. Atenta que se um profissional da psicologia entrar em  
144 contato para levantar a denúncia haverá implicações e não vê isso como função  
145 de psicólogo/a. Ana se dispõem a contactar o professor e, caso perceba alguma  
146 situação de urgência, convocará reunião extraordinária do Comitê. O  
147 encaminhamento foi aprovado, sem mais, passou-se ao próximo ponto de pauta.  
148 **5. Empregabilidade LGBT:** a coordenadora Ana rememora que foi enviada uma  
149 proposta de Pacto para o Ministério Público do Trabalho ainda em 2020, mas a  
150 proposta não obteve retorno até o momento da reunião, sugerindo assim reiterar  
151 ofício enviado, solicitando informações sobre o andamento da questão. Ainda,  
152 propõe o agendamento de uma reunião específica para apresentação do Plano  
153 de Trabalho. Liza faz observação que têm outras organizações de Curitiba que  
154 estão correndo em paralelo nessa mesma situação, pois *“as pessoas veem as*  
155 *ideias que a gente tá tendo e eles correm em paralelo, aí as coisas que a gente*

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)

156 *propõe aqui não avançam*”. Ana pondera que as dificuldades de articulação entre  
157 a sociedade civil não lhe cabem interferir, enquanto poder público. Karoll  
158 concorda com a observação de Liza. A colaboradora Liza reitera que não vê  
159 sentido em discutir algo que outros dizem que há até fórum. A coordenadora Ana  
160 informa para Liza que existe um movimento do governo federal, do município de  
161 Curitiba, da Secretaria de Estado da Justiça, do Ministério Público do Trabalho,  
162 da Aliades – enquanto empresas, em prol da empregabilidade LGBT -, portanto  
163 compreende que não faz sentido parar de discutir essa pauta porque outras  
164 organizações também estão fazendo. Sugere que se a sociedade civil entende  
165 que não cabe ter continuidade deste projeto, não se agende a reunião, mas se  
166 a sociedade civil entende que tem outra entidade da sociedade civil fazendo um  
167 trabalho que está atrapalhando as demais é uma conversa que precisa ocorrer  
168 entre a sociedade civil. Lucas concorda com os apontamentos de Ana. Thamirys  
169 sugere agendar a reunião e que participe quem tiver interesse na pauta. Ana  
170 sugere agendar a reunião para o dia 24 de março, às 14 horas. Liza sugere  
171 convidar para reunião o MP e a FIEP. Ana informa para a Dra. Andreia (MPT)  
172 que ainda não há retorno sobre a proposta de Pacto enviado ao MPT, e que será  
173 enviado novo ofício solicitando informações sobre isso, com o convite para essa  
174 reunião, a fim de apresentar a proposta de plano de trabalho para definir o que  
175 cada instituição executará no âmbito desta cooperação. A Dra. Andreia pede que  
176 seja enviado uma cópia do ofício para seu e-mail, com o convite para participar  
177 da reunião. Ana esclarece para Liza que a intenção é convidar a FIEP quando o  
178 Pacto ou o plano de trabalho já estiverem estruturados com propostas factíveis  
179 para eles assinarem e fazerem o compromisso. Karoll enfatiza que se deve  
180 convidar a FIEP quando o documento já estiver estruturado para se ter mais  
181 seguridade no que propor para a instituição executar. Sem mais, a proposta foi  
182 aprovada e deliberou-se pelo agendamento da reunião sobre o plano de trabalho  
183 sobre empregabilidade LGBT, para o dia 24 de março, às 14 horas. **6. Políticas**  
184 **de aceitação trans no esporte:** A coordenadora Ana comunica que a pauta foi  
185 sugerida por Gustavo, que até o início desta pauta não estava presente na  
186 reunião, e abriu para manifestações de questões a serem discutidas neste ponto

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

187 de pauta. Com a palavra, Liza informou que recentemente foi apresentada uma  
188 reportagem em que as mulheres cis no esporte estavam fazendo um documento  
189 contrário à participação das mulheres trans nos esportes, mencionou também  
190 não saber se de fato está acontecendo ou se é apenas uma especulação da  
191 mídia, portanto, deverá ser levantado pelo Comitê. A Dra. Andreia informou que  
192 criou uma cartilha a respeito de assédio moral nos esportes e trata sobre a  
193 LGBTfobia – esta será compartilhada posteriormente, e como não há muitos  
194 materiais que tratam sobre a temática -, sugere aprimorar a cartilha com um  
195 tópico que trate somente sobre este extrato do assédio e da discriminação.  
196 Thamirys menciona que não há nenhuma regulamentação do Estado ou dos  
197 Comitês sobre as competições estaduais, sugerindo assim, que seja provocada  
198 alguma ação para a criação de documento em prol de atletas trans nas  
199 confederações e campeonatos estaduais. Ana sugere o envio de ofício  
200 convidando algum/a representante da Secretaria de Educação e Esporte do  
201 Estado do Paraná, para a próxima reunião do Comitê, solicitando auxílio para  
202 compreender a questão do regramento e apresentar a proposta acerca de  
203 regulamentação da participação de atletas trans nas competições estaduais.  
204 Sugere também convidar o advogado Matheus, que atua no Grupo Dignidade e  
205 faz parte da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB, pois o mesmo  
206 acompanha essas situações e compreende bastante sobre essas normativas.  
207 Fernando concorda com Ana em convidar um/uma representante da SEED para  
208 dar um parecer. Ainda, informa que o COI (Comitê Olímpico Internacional) fez  
209 uma manifestação em 2016 e até então não teve nenhuma outra manifestação  
210 em relação às Olimpíadas. A colaboradora Karoll destaca a importância da  
211 presença das Secretarias Municipais dos grandes centros do Estado para o  
212 debate sobre o tema. Ana sugere convidar a Secretaria Municipal de Esporte de  
213 Curitiba, tendo em vista a relevância de Curitiba no cenário Estadual, bem como  
214 as secretarias municipais de Londrina e Maringá. O Dr. Julio indagou qual o nível  
215 da discussão sobre o tema no Estado do Paraná. A coordenadora Ana informou  
216 que no início do ano passado (2020) teve a apresentação de um projeto de lei  
217 na Assembleia Legislativa solicitando que somente o sexo biológico seja

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

218 considerando, vetando a participação de pessoas trans. A Secretaria de Justiça  
219 foi consultada sobre essa temática, a partir disso o Comitê LGBT realizou uma  
220 manifestação contrária ao projeto, expondo uma série de informações sobre  
221 isso. A coordenadora Ana também sugeriu a realização de um convite para  
222 alguém que possa fazer a fala relativa à questão médica, sugerindo a Alicia  
223 Krüger, que já realizou estudos sobre hormonioterapia. Lucas concorda com a  
224 indicação de Ana em convidar Alícia Krüger, pois ela já desenvolve um trabalho  
225 relacionado à hormonioterapia e já participou de audiências no Congresso  
226 Nacional fazendo a defesa deste tratamento em todos os aspectos necessários.  
227 A colaboradora Liza pondera sobre a necessidade de convidar alguém que tenha  
228 experiência prática e não só teórica, e sugere que seja convidado/a um/a  
229 profissional da área da endocrinologia. A colaboradora Karoll concorda com a  
230 proposta de trazer alguém para a próxima reunião e sugere convidar a Dra. Ana  
231 que trabalha e atua há muito tempo e é uma referência para toda a população  
232 trans. Como proposta de encaminhamento, a coordenadora Ana sugeriu que o  
233 Comitê traga três pessoas que trabalham com o tema de forma prática ou  
234 acadêmica para expor opiniões ao assunto, tendo cada um/a dos/as  
235 convidados/as cinco minutos de fala. Fica estabelecido que Lucas irá convidar o  
236 Matheus, Fernando irá convidar a Alicia Krüger e as representantes da SESA no  
237 Comitê Lucimar, Camila ou Juliana, irão convidar a Dra. Ana do CPATT. A  
238 coordenadora Ana questiona a colaboradora Janaína se o Ministério Público teve  
239 alguma atuação até o momento ou foram provocados sobre isso. A colaboradora  
240 Janaína informa que houve uma atuação e foi elaborado um parecer numa  
241 situação específica, foi um parecer sigiloso, pois envolvia uma criança, mas  
242 como nota técnica ou documento geral do MPPR não chegou a ser publicado. A  
243 colaboradora Lucimar (SESA) sugere enviar e-mail com o convite direcionado  
244 ao CPATT para o endereço eletrônico [cremetropolitano@sesa.pr.gov.br](mailto:cremetropolitano@sesa.pr.gov.br). A  
245 colaboradora Thamirys sugere que também seja disponibilizado um tempo de  
246 fala para o colaborador Gustavo Uchoa (Mães pela Diversidade), pois ele  
247 vivencia os empecilhos burocráticos, com regras que mudam todo ano como pai  
248 de uma atleta de alta performance e seria importante compartilhar sua vivência.



**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

249 Ficou estabelecido que Thamirys irá convidar o colaborador Gustavo e orientá-  
250 lo a preparar uma fala de cinco minutos para próxima reunião. A colaboradora  
251 Liza sugere que as falas já sejam direcionadas sobre o foco das/os atletas trans.  
252 A coordenadora Ana salienta sobre a importância de pontuar anteriormente com  
253 os/as convidados/as que o objetivo do convite é para auxiliar a construir algo  
254 favorável para as pessoas trans, por isso, é importante que tragam suas  
255 experiências técnicas nas informações que vão apresentar na reunião, e no caso  
256 do colaborador Gustavo que ele traga as informações de sua vivência. Sem  
257 mais, as sugestões foram aprovadas. **7. Capacitação sobre temas LGBT:** Com  
258 a palavra, a coordenadora Ana lembrou que na reunião passada foi pontuado  
259 que seria realizada uma reunião em um grupo menor para planejar a capacitação  
260 e depois essas ideias seriam apresentadas na reunião ordinária. Na referida  
261 reunião fizeram-se presentes: Ana; Thamirys; Fernando, tendo os seguintes  
262 encaminhamentos: dialogar com a SEJUF, com a Escola de Direitos Humanos  
263 e Escola de Gestão para formas de transmissão, disponibilização dos materiais  
264 e emissão de certificado. Ana pontua que recentemente foi enviado ofício para a  
265 Escola de Gestão questionando se há materiais sobre a questão LGBT, em  
266 resposta, a Escola de Gestão informou que não havia e que seria parceira em  
267 trabalhar com capacitações sobre esta temática. Ainda, registrou que foi  
268 discutida a realização de uma capacitação inicial em dois encontros comuns a  
269 todas as áreas, em que no primeiro encontro - com duração de 1 hora e 30  
270 minutos - seria “A construção das diferenças de gênero e sexo biológico”, “A  
271 construção da genitalização social”, trabalhando com conceitos de sexo  
272 biológico, intersexualidade, gênero, orientação sexual, identidade de gênero,  
273 expressão ou estereótipo de gênero. No segundo encontro - também de 1 hora  
274 e 30 minutos - seria sobre uma revisão dos conceitos anteriores e fases da vida,  
275 desenvolvimento de gênero e sexualidade, condições de variabilidade de gênero  
276 falando desde o desenvolvimento da sexualidade até a vivência da sexualidade  
277 em outras idades. Além disso, será apresentado também sobre momentos de  
278 violências que atingem a população LGBT, questões físicas, sexual, psicológica,  
279 moral, patrimonial e autoprovocada, finalizando com o tema discriminação e

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

280 formas éticas de tratamento. Neste primeiro momento, a ideia é trazer alguém  
281 que faça o papel de professor do começo ao fim do encontro e que prepare  
282 materiais de apoio para ser consultado. Em um segundo momento foi pensado  
283 nas rodas de conversas priorizando pessoas LGBT, a finalidade é trabalhar com  
284 as diferentes vivências de orientação sexual, as diferentes vivências de  
285 identidade de gênero e intersexualidade e também fases da vida, sendo que  
286 neste último pensou-se em trabalhar com profissionais para trazer credibilidade  
287 científica para esta questão. Nesta proposta de roda de conversa o/a mediador/a  
288 terá uma série de perguntas para a pessoa que está apresentando e aprofunde  
289 os temas que foram trazidos no primeiro e no segundo encontro. Por fim, a  
290 proposta é de se trabalhar com capacitações temáticas - com duração de 1 hora  
291 e 30 minutos – que seriam repassadas a várias áreas do poder público que são  
292 relevantes para essa capacitação. Com a participação do Departamento de  
293 Socioeducação da SEJUF, retomando os conceitos da capacitação inicial e  
294 falaria sobre a normativa da atenção LGBT na socioeducação, tendo também a  
295 apresentação de casos concretos. Contando assim, com a participação dos  
296 técnicos das Secretarias respectivas que trabalham com isso, contar com  
297 pessoas LGBTI+ para auxiliar nas perguntas. No âmbito do DEPEN, seria  
298 trabalhado da mesma forma, com retomada de conceitos, apresentação de  
299 normativas e etc. No âmbito da Segurança Pública, seria trabalhada a questão  
300 da Polícia Civil, IML e Polícia Militar se for o caso, retomando novamente os  
301 conceitos iniciais, as legislações aplicáveis e casos concretos. No âmbito da  
302 Educação, retomada de conceitos iniciais, questões de nome social, uso de  
303 banheiros, uniformes e vestimentas, casais na escola, familiares e responsáveis,  
304 discriminação e *bullying*, abordagem nas matérias escolares. No âmbito da  
305 SEED, retomada de conceitos da capacitação inicial, apresentação de  
306 normativas internacionais e decisões judiciais, apresentação de casos  
307 concretos. Na Assistência Social, com a SEJUF, na qual há o Departamento de  
308 Assistência Social, apresentação da normativa e apresentação de casos  
309 concretos. No âmbito da SESA, também haverá a retomada dos conceitos da  
310 capacitação inicial, apresentação de serviços e fluxos e apresentação de casos

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

311 concretos. Além do mais, a Tamirys e o Fernando colocaram-se à disposição  
312 para complementar os tópicos da capacitação inicial. A coordenadora Ana  
313 sugeriu que no âmbito da Segurança Pública seja ampliado para o sistema de  
314 justiça como um todo - Ministério Público e Defensoria Pública. Lucas  
315 primeiramente parabenizou o trabalho realizado por Ana, Fernando e Thamirys,  
316 sugerindo que a legislação referente aos crimes de homofobia e transfobia sejam  
317 logo no primeiro módulo, pois caso haja queda de participação, já estaria  
318 predisposta a informação, também sugere a retirada da palavra “gênero” tendo  
319 em vista a discriminação e confusão existente acerca da chamada “ideologia de  
320 gênero”. A colaboradora Liza indagou sobre a quantidade inicial de participantes  
321 neste projeto e o público-alvo, além de mencionar que atualmente há uma  
322 demanda sobre quais professores(as) deverão tratar deste tema no âmbito  
323 escolar - educação física, biologia ou ciências -, devendo, assim, ocorrer a  
324 inclusão de pessoas trans na formatação das metodologias que serão utilizadas.  
325 A coordenadora Ana expôs que na formulação da capacitação haja um cuidado  
326 para a escolha dos temas abordados e seus(suas) respectivos(as)  
327 apresentadores(as), pois agora, o projeto tem como objetivo a sensibilização e  
328 não o enfrentamento - pois este, infelizmente, poderá barrar a realização do  
329 projeto devido a ideais políticos extremamente opostos ao tema. A colaboradora  
330 Liza concordou que a abordagem não deve ser totalmente afrontosa às ações  
331 governamentais, mas que as falas mais fortes não deverão se limitar apenas às  
332 rodas de conversas e que o enfoque não deve ser gays e lésbicas, pois,  
333 estatisticamente, quem mais sofre com a discriminação aos LGBT’s são as  
334 pessoas trans. A colaboradora Karoll sugere que o termo “capacitação” seja  
335 alterado para “curso de formação de políticas LGBT’s”, a sugestão foi acatada  
336 pelos demais. A coordenadora Ana solicitou que sejam analisados e  
337 encaminhados os nomes de pessoas que o Comitê acredite que sejam  
338 capacitadas para trabalhar os tópicos durante a formação. Sugere responder o  
339 ofício da Escola de Gestão apresentando esta proposição e também convidar a  
340 ESEDH e a comunicação da SEJUF para pensar essas capacitações. O Dr. Júlio  
341 sugere que também seja convidada a Escola Superior da DPE (EDEPAR).

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)

342 Janaína pede que seja encaminhado o convite para o Núcleo LGBT ou para a  
343 PGJ para fazer a articulação no MP. Karoll manifesta seu interesse em  
344 acompanhar os diálogos sobre esta capacitação e reitera a importância de que  
345 os convites sejam estendidos a todos os órgãos que tenham escolas. Fernando  
346 reforça sobre a importância de verificar como é a realidade em outros locais e  
347 não só Curitiba. Sem mais, encerrou-se o ponto. Antes de passar-se ao próximo  
348 ponto, o colaborador Gustavo adentrou à reunião e relatou que a aplicação de  
349 exames e testes hormonais no esporte amador ultrapassa o exigido aos demais  
350 atletas, reafirmando a inverdade de que atletas trans possuem vantagens em  
351 relação a cisgêneros. A coordenadora Ana sugeriu como encaminhamento  
352 convites para a SEED tanto no esporte, quanto na educação para que  
353 professores (as) trabalhem com a problemática no âmbito escolar, o que foi  
354 aprovado. **8. Sugestões de livros que tratam sobre diversidade sexual e de**  
355 **gênero à SECC:** a coordenadora Ana relatou que foi enviado um ofício à  
356 Secretaria de Comunicação e Cultura perguntando sobre o acervo nas  
357 bibliotecas públicas do Estado sobre a questão LGBT. Logo após, foi recebido  
358 uma resposta da Biblioteca Pública informando que não há nada em específico,  
359 mas que há interesse na compra de recomendações enviadas pelo Comitê. Na  
360 reunião anterior foi solicitado que os(as) colaboradores(as) do Comitê enviassem  
361 sugestão de livros que tratem sobre diversidade sexual e de gênero, porém  
362 apenas a Tamirys enviou suas sugestões em um documento de seis páginas  
363 com suas indicações literárias. Este documento foi apresentado pela  
364 coordenadora Ana e foi aprovado pelos(as) presentes, e solicitou que em até  
365 sete dias sejam encaminhadas mais recomendações de livros que tratem sobre  
366 o assunto. **9. CPATT no Hospital Oswaldo Cruz:** a coordenadora Ana informou  
367 que a transição do CPATT para o Oswaldo Cruz ainda não foi finalizada, e que,  
368 apesar da situação complexa na área da saúde no país, em determinado  
369 momento foi encaminhado um ofício a SESA consignando a preocupação em  
370 relação à transferência do CPATT. A SESA respondeu que diversos outros  
371 remédios, além do remédio de HIV, são retirados lá e que a estrutura no Hospital  
372 será melhor do que a estrutura atual do CPATT. Portanto, a coordenadora Ana

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)**

373 sugeriu que seja encaminhada uma resposta do protocolo para a SESA  
374 pontuando que o Comitê entende a relevância de aumentar a estrutura e não  
375 apresenta óbice à transferência, pois da forma em que o Comitê posicionou-se  
376 anteriormente pode dar a entender que o Comitê é contrário a esta mudança. A  
377 colaboradora Liza reforça que a farmácia dos medicamentos de HIV do Hospital  
378 Oswaldo Cruz não seja no mesmo espaço destinado à dispensação de  
379 hormônios do CPATT. Lucas sugeriu que os/as profissionais credenciados(as)  
380 que irão trabalhar nesta nova formação do CPATT tenham capacitação  
381 adequada e que haja um/a profissional trans de referência no CPATT. A  
382 colaboradora Liza discorda da proposta de haja uma pessoa de referência trans  
383 e reforçou que o CPATT necessita de seu corpo clínico completo - endócrinos,  
384 psicólogos, psiquiatras e etc... - e que mesmo credenciado, atualmente está  
385 falho e perdendo seu potencial de atendimento. A colaboradora também  
386 menciona que no atendimento às pacientes é necessário um funcionário(a) com  
387 treinamento/capacitação e sensibilidade com o tema para não haver  
388 constrangimentos, mas que no quesito de profissionais que realizarão exames e  
389 consultas é melhor alguém desconhecido do que um(a) profissional trans. A  
390 colaboradora Liza reforçou ainda que os(as) funcionários(as) trans indicados(as)  
391 sejam escolhidos(as) por pessoas trans e que a entrega dos remédios para HIV  
392 seja desvinculada ao atendimento às pessoas trans, podendo ser em dias ou  
393 salas diferentes. A colaboradora Karoll manifesta sua preocupação quanto a não  
394 ter um/a profissional específico no CPATT, para que não ocorra um  
395 remanejamento de profissional do próprio hospital quando o/a profissional que  
396 atua no CPATT não estiver disponível. A coordenadora Ana explicitou que  
397 entende a problemática da população LGBT ser tratado como um todo na  
398 questão do HIV, com as pessoas trans sofrendo ainda mais estigmatização,  
399 porém, já foi encaminhada uma manifestação à SESA neste sentido e ela não  
400 apresentou uma nova proposta. Portanto, insistir em um novo local pode impedir  
401 o andamento das atividades. Sendo assim, ficou definido que a resposta à SESA  
402 deverá conter a solicitação da separação entre os públicos-alvo. Por fim,  
403 encaminhou-se que será enviado novo ofício à SESA comunicando que o Comitê

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBT – PR)

404 é a favor da transferência do CPATT para o Hospital Oswaldo cruz e enfatizar  
405 que a dispensação de medicamentos de HIV não seja no mesmo local destinado  
406 ao CPATT, também encaminhou-se em solicitar informações à SESA sobre  
407 como se dará a gestão compartilhada com o HT. Sem mais, passou-se ao  
408 próximo ponto de pauta. **10. Proposta de Logos para o Comitê:** a  
409 coordenadora Ana enviou a todos (as) pelo grupo *whatsapp* - pois no  
410 compartilhamento de tela estava dando erro - as propostas de logo criadas pela  
411 Comunicação Social para o Comitê. Dentre as propostas apresentadas, a 1º  
412 Logo foi a escolhida pela maioria, com mudanças no posicionamento das  
413 nomenclaturas. **11. Informes:** a colaboradora Janaína informou que encaminhou  
414 *e-mails* para instituições e unidades - principalmente as que estavam  
415 acompanhando as reuniões sobre o CPATT e o processo transexualizador há  
416 dois anos atrás - para agendar reuniões e conseguir encaminhamentos práticos.  
417 Infelizmente, a reunião teve que ser desmarcada devido ao período de *lockdown*.  
418 Portanto, assim que possível, será realizado um novo contato com uma nova  
419 data, horário e pautas específicas que serão debatidas, aquém a isso, a  
420 colaboradora sugeriu pautar a habilitação do HC para ouvir a opinião de todas  
421 as instituições. A colaboradora Liza informou que no dia 18 de fevereiro o Grupo  
422 Esperança completou 27 anos de fundação. A coordenadora Ana parabenizou o  
423 trabalho realizado pelo grupo, exaltando as dificuldades que foram enfrentadas  
424 durante todos esses anos e neste momento atual. A colaboradora Karoll informa  
425 que o presídio de Rio Branco entrou em quarentena, devido ao surto de COVID-  
426 19, mas a parte onde ficam as mulheres trans não foi afetada. A coordenadora  
427 Ana agradece pelas informações e pelo acompanhamento que Karoll faz sobre  
428 as questões do DEPEN. Por fim, a coordenadora encerrou a reunião. A presente  
429 ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada pela Residente Técnica Daiane Pego  
430 e pela servidora Ana Raggio.